

O lugar da extensão nos currículos: uma análise de cursos técnicos integrados com o processo de curricularização

Ana Carolina Costa Moreira Carvalho

<https://orcid.org/0009-0005-2601-2151>

Marcus Fernandes Marcusso

<https://orcid.org/0000-0002-9632-1823>

Resumo

A extensão, como uma das vertentes do processo educativo, ganhou um papel de destaque, nas discussões dos últimos anos. Em virtude, do Plano Nacional de Educação de 2014 – 2024, aprovado pela Lei 13.005, de 25 de junho 2014, e principalmente, da Resolução do Conselho Nacional da Educação nº 07 de 2018, a comunidade escolar tem trabalhado no sentido de incluir a extensão nos currículos do ensino superior. Os IFs e CEFETs, como instituições que buscam integrar e verticalizar do ensino básico à educação profissional e ensino superior, também se dedicaram ao atendimento deste processo de curricularização da extensão. Os debates em torno deste processo, provavelmente, trouxeram novas perspectivas para se trabalhar a extensão no ensino médio. Sendo assim, este artigo objetiva uma análise sobre como a extensão tem sido abordada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, em seus contextos curriculares de nível médio, tendo em vista, as discussões para o processo de curricularização da extensão nos cursos superiores. Para tanto, foram analisados 32 projetos pedagógicos de cursos técnicos integrados, distribuídos em 10 *Campi*, localizados na região do Sul de Minas Gerais. Esta pesquisa se caracteriza por ser qualitativa e envolve análise bibliográfica e documental. Como resultado, pode-se perceber que alguns *Campi*, que possuem projetos pedagógicos vigentes a um tempo maior, pouco mencionam a extensão, os considerados mais atuais, entre quatro e dois anos, abordam mais a temática extensionista em seus documentos e já aplicam em seus contextos curriculares algumas orientações provenientes de normativas advindas do processo de inserção da extensão nos currículos do ensino superior.

Palavras-chave: currículo. ensino médio integrado. extensão.

Abstract

Nowadays, the extension, a side of educational process, is a trend topic in education discussions. Because of the National Planning of Education of 2014-2024 approved by Act 13.005 of June 25th 2014, and mainly, the Resolution of National Council of Education number 07 of 2018, the scholars are working to include the extension in the undergraduate curricula. The Federal Institutes of Science, Technology and Education and Federal Centers of Technological Education are institutions that aim to promote the curricula integration from basic education to professional and higher education. They are promoting the insertion of extension in the undergraduate curricula using institutional normatives, discussed in the scholar councils. Although the insertion of extension in the high school curricula is not a duty, the discussions affected the dynamic of this education level. Therefore, our article aims to analyze the approach of extension in the pedagogical plans of technical education courses of Federal Institute of Science, Technology and Education of Sul de Minas and Federal Center of Technological Education of Minas Gerais. Our research is a qualitative approach and uses bibliographical and documentary analysis. We analyzed 32 pedagogical projects of integrated technical education courses from 10 campuses in the South region of Minas Gerais. The results show that some campuses had pedagogical plans working before Act 13.005, which have few mentions of extension. The updated pedagogical plans are about four years old and

they highlight the extension. These courses apply some instructions from institutional normative about the insertion of extension in the undergraduate curricula.

Keywords: Curriculum. Integrated Secondary Education. Extension.

1 Introdução

No que diz respeito, ao tripé formativo da educação, ensino, pesquisa e extensão, a atividade extensionista foi a última a ser legalmente instituída como uma atividade educativa. Um marco importante, foi a Constituição de 1988, onde foi estabelecida a indissociabilidade entre os três eixos. Apesar disto, é possível perceber que as Instituições escolares ainda priorizam o ensino e a pesquisa, basta uma leitura rápida por alguns projetos pedagógicos de curso.

Este cenário, porém, tem sofrido alterações, conforme destaca Frutuoso (2021, p.24), "...a prática extensionista tem ganhado espaço e representatividade nas discussões acadêmicas e políticas no Brasil". Isto porque, nos últimos anos, em virtude da chamada "Curricularização da extensão", estabelecida primeiramente no Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 e posteriormente no PNE 2014 -2024, aprovado pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, e pela Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE/CES nº 07/2018, onde estabelece, em seu art. 4º, que "as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;" (BRASIL, 2018).

Portanto, a partir disto, a atividade extensionista passa, também, a integrar o currículo dos cursos de ensino superior e se caminha para uma efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como aponta Frutuoso (2021), a educação é um direito constitucional, e tem como base três eixos, pode-se dizer que ensino, pesquisa e extensão são direitos de todos os estudantes, então as normativas relativas à inserção da extensão nos currículos, vem para garantir que o Estado cumpra esta prerrogativa.

Apesar da regulamentação se referir a educação superior, esta mesma situação acaba por afetar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, visto que seus contextos ofertam tanto cursos superiores, quanto cursos técnicos, e ainda, segundo o art.6º, inciso III, da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, preveem "promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, ..." (BRASIL, 2008). Assim, as últimas normativas e possíveis discussões para a concretização da inserção da extensão na matriz curricular dos cursos superiores, podem ter impactado a forma como a atividade extensionista está sendo tratada nos demais currículos da Educação Profissional e Tecnológica.

Dito isto, este artigo objetiva uma análise sobre como a extensão tem sido abordada pelos *Campi* das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, localizados na região do Sul de Minas Gerais, em seus contextos curriculares, tendo em vista, o processo de curricularização da extensão nos cursos superiores e as discussões provenientes de tal movimento. Para se atingir tal finalidade, serão analisados os projetos pedagógicos dos cursos de ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica destas instituições de ensino.

Esta pesquisa terá como cenário duas autarquias que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPT, instituída

no ano de 2008, pela Lei 11.892 de 29 de dezembro. Consideradas multicampi, pluricurriculares, ofertam educação superior, básica e profissional. Uma delas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, também conhecida como IFSULDEMINAS, tem, hoje, 10 *campi* espalhados por toda região Sul Mineira, localizados nas cidades de: Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações.

Outra instituição, que fará parte da pesquisa, é o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. Este possui 11 *campi*, espalhados por todo o estado de Minas Gerais, localizados nas cidades de: Araxá, Curvelo, Contagem, Divinópolis, Leopoldina, Timóteo, Nepomuceno, Varginha e Belo Horizonte, onde possui três *campi*. Para fins de delimitação, neste estudo foram incluídos apenas os campi de Varginha e Nepomuceno, os únicos localizados na região sul do Estado.

Importante destacar que, apesar de serem instituições pertencentes a RFEPT, criada em 2008, e possuírem unidades físicas mais novas, contam com uma longa história na educação profissional e tecnológica. O CEFET-MG teve sua origem nas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909 (BRASIL, 1909), e o IFSULDEMINAS, teve como origem a união de três tradicionais Escolas Técnicas Federais: de Inconfidentes, Machado e Muzambinho (IFSULDEMINAS, 2022a).

Nas próximas seções, serão detalhados: o objetivo da pesquisa, algumas normativas e termos considerados importantes para o andamento da pesquisa, os passos seguidos para o atingimento do objetivo, a apresentação e discussão dos dados obtidos, e por fim as considerações finais sobre a pesquisa.

2 Objetivo

Como apresentado acima, esta pesquisa visa analisar de que forma a extensão tem sido abordada nos contextos curriculares de nível médio da Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista, as discussões para o processo de curricularização da extensão nos cursos superiores. Para que se possa conseguir informações mais detalhadas das matrizes curriculares, serão objetos de análise, cada um dos projetos pedagógicos de cursos – PPCs de nível médio integrado, ofertados atualmente pelo IFSULDEMINAS e pelos *Campi* localizados na região sul de Minas Gerais, que fazem parte do CEFET-MG.

3 Referencial Teórico

Nesta seção, se buscará um entendimento das últimas normativas sobre a inserção da extensão nos currículos do ensino superior, sobre o que se entende por currículo integrado, assim como os pontos que norteiam sua elaboração e por fim, será tratada, a concepção de extensão.

A inserção da extensão nos currículos de ensino superior, tem como base legal a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, e a Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018. A primeira, aprova o PNE 2014 - 2024 e estabelece a meta 12.7, que busca

assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de

extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; (BRASIL, 2014).

Já a Resolução, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior, no art. 4º, ratifica a meta 12.7 do PNE 2014 – 2024: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (Brasil, 2018). Portanto, a Resolução vem no sentido de validar a meta 12.7 do PNE 2014-2024 e regulamentar o processo de inserção da extensão nos currículos do ensino superior.

Ainda na Resolução CNE/CNS nº07/2018, temos o art.3º, que além de trazer a concepção de extensão, destaca e reafirma a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a **atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa**, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, **em articulação permanente com o ensino e a pesquisa** (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Sendo assim, o processo de curricularização busca levar a extensão para mais próximo e de forma permanente do ensino e da pesquisa, permitindo, à comunidade escolar, o contato com a realidade social, promovendo uma troca constante de conhecimentos, o diálogo entre o saber popular e o científico, na busca pela transformação tanto do contexto social, como também da própria instituição de ensino.

Em 2020, em documento emitido pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, foram estabelecidas diretrizes para o processo de inserção da extensão nos currículos da Rede Federal. Este, destaca a importância de se inserir atividades de extensão na matriz curricular dos cursos de ensino superior, contribuindo, não somente para a formação dos estudantes, que se tornam protagonistas das ações, mas também, para um maior diálogo entre a comunidade acadêmica e os demais setores da sociedade, buscando atender as necessidades e demandas sociais, com intuito de transformação social e até mesmo acadêmica (CONIF, 2020).

Além disto, o documento aponta como um dos objetivos da curricularização: “Incentivar o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão nos demais cursos ofertados;” (CONIF, 2020, p.04). E ainda, considerando que Institutos Federais e CEFETs tem por objetivo e características, o desenvolvimento de atividades de extensão (BRASIL, 2008). Este documento do CONIF, juntamente com as demais normativas que orientam a inserção da extensão nos currículos do ensino superior, abrem espaço também para discussões e propostas para uma reestruturação dos projetos pedagógicos de cursos de ensino médio da EPT.

Todo este processo, de trazer a extensão para dentro dos currículos, não é algo simples, envolve o comprometimento e participação ativa de toda comunidade acadêmica e tem como objeto principal a ser trabalhado, o currículo.

Vale destacar que o currículo, não é algo estático ou neutro. Segundo Sacristán (2020, p.17), “...o currículo reflete o conflito entre interesses em uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos”. Machado (2009, p.15), ainda complementa que “envolve, também, práticas políticas e

administrativas, condições estruturais, materiais e a formação dos educadores”. Desta forma, o currículo é construído em um meio social e reflete o contexto histórico, pelo qual passa determinada sociedade (Machado, 2009).

No contexto do ensino médio integrado à EPT, é chamado de currículo integrado. De acordo com Machado (2009, p.02), este

[...]é a concepção e a experimentação de hipóteses de trabalho e de propostas de ação didática que tenham, como eixo, a abordagem relacional de conteúdos tipificados estruturalmente como diferentes, considerando que esta diferenciação não pode, a rigor, ser tomada como absoluta ainda que haja especificidades que devem ser reconhecidas. Com relação ao objeto deste artigo, são os conteúdos classificados como gerais ou básicos e os conteúdos nomeados como profissionais ou tecnológicos.

Portanto, a organização do currículo se dá a partir da unidade entre os conteúdos, considerados como parte de uma totalidade. Vai no sentido contrário da fragmentação, da divisão por disciplinas, busca-se integrar os conhecimentos, teoria e prática, conhecimento geral e específico.

No currículo integrado, diferentemente de outros, os conteúdos formativos não são definidos com base no atendimento de demandas imediatas e pontuais do mundo capitalista, mas com base na formação dos sujeitos, para que estes possam compreender como se dão as relações na sociedade capitalista, e de forma autônoma e coletiva, transformar a realidade em que vivem (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015).

Nesta perspectiva, Araújo e Frigotto (2015) definem três pontos norteadores, para a elaboração de um currículo integrado: contextualização, interdisciplinaridade, e a transformação social. Sendo a contextualização, a articulação dos conteúdos formativos com a realidade social e com projetos políticos de organizações sociais; a interdisciplinaridade, fazendo uso ao máximo de cada ciência, com diversidade e criatividade; e, o compromisso de transformação social, contrária ao foco em demandas imediatistas e pontuais, prática comum no mundo capitalista.

Apresentadas as normativas sobre a curricularização da extensão, e o conceito de currículo integrado, é necessário entender um pouco mais sobre a concepção de extensão.

Segundo Silva e Ackermann (2019), o conceito de extensão na Rede Federal, está ligado a história da extensão nas universidades. Os autores destacam, que a extensão universitária brasileira passou por várias concepções, ao longo dos anos, sendo suas primeiras experiências, influenciadas por ideias vindas da Inglaterra e Estados Unidos, que se baseavam desde a oferta de cursos aos adultos que não estavam nas universidades, até prestação de serviços.

Atualmente, segundo Gadotti (2017), são encontradas, na prática, duas perspectivas diferentes de extensão nas universidades brasileiras: uma mais assistencialista e outra não assistencialista. De acordo com o autor, a primeira se baseia em uma extensão que visa apenas divulgar o conhecimento, desconsiderando a cultura e o saber popular, já a segunda perspectiva, traz muito das ideias do educador brasileiro Paulo Freire (1921 - 1997), e se baseia no diálogo entre os saberes acadêmicos e os advindos da sociedade.

Nas ideias de Freire (2022), o conceito de extensão está muito associado a termos como transmissão, manipulação, invasão cultural, e, portanto, não remete ao que seria uma verdadeira educação, pois trata o ser humano como um objeto e

não como um ser de transformação. Portanto, o educador considera que o termo deveria estar mais associado ao conceito de comunicação, uma vez que o conhecimento, não se transmite de quem sabe para quem supostamente nada sabe, mas “...se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações” (FREIRE, 2022, p.42-43).

A concepção de extensão elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou cargos equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT (2015, p.02), mantido pelo CONIF, é definida como “[...] um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade”. Sendo assim, o conceito de extensão na Rede Federal, definido pelo FORPROEXT, segue a perspectiva menos assistencialista e mais preocupada em dialogar com as comunidades no entorno dos Institutos Federais.

Diante disto, podemos dizer que a atividade de extensão nos Institutos Federais tem um papel significativo, para que o currículo integrado possa, de fato, cumprir sua missão política e social. Uma vez que, pode propiciar à comunidade acadêmica um contato maior com outros segmentos da sociedade, permitindo o conhecimento de realidades distintas da escolar, conciliando teoria e prática no atendimento de demandas e necessidades sociais e desta forma atuando na transformação da realidade.

4 Método

Essa pesquisa se caracteriza por ser qualitativa, utiliza análise bibliográfica e documental, e tem, como principal objeto de estudo os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do ensino médio integrado de cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS e *Campi* do CEFET-MG, localizados na região do Sul do estado de Minas Gerais.

Para elaboração deste estudo, foram realizadas cinco etapas, conforme detalhado a seguir:

- Primeira Etapa: consistiu em uma pesquisa bibliográfica em que foram utilizados livros, artigos científicos e normativas legais. Os livros envolviam desde a temática extensão até o termo “currículo integrado” e a consulta aos artigos científicos foi realizada através do portal Google Acadêmico, com o termo “curricularização da extensão”, em que se estabeleceu o intervalo temporal entre 2015 e 2023;
- Segunda Etapa: Elaboração de um roteiro para análise dos projetos pedagógicos de cursos, tendo como base as leituras executadas na fase anterior;
- Terceira Etapa: Consistiu na obtenção dos PPCs de cada uma das Instituições da Rede Federal a serem estudadas, através da busca em seus sites institucionais. Sendo identificados um total de 32 projetos pedagógicos de cursos de ensino médio integrados à EPT, em 10 *Campi*, localizados na região Sul Mineira;
- Quarta Etapa: Nesta penúltima fase, ocorreu a tabulação dos dados obtidos, a partir de uma busca pelo termo “extensão” e a identificação de pontos considerados importantes. Sendo esta etapa de grande relevância para a organização dos dados e para se ter uma visão geral dos documentos.

- Quinta Etapa: Como última etapa da pesquisa, iniciou-se uma leitura mais aprofundada das situações encontradas, tendo em vista o roteiro para análise dos projetos pedagógicos de curso. E posteriormente, ocorreu o registro e discussão das formas como a extensão é abordada, em cada um dos documentos analisados.

Como base para o roteiro de análise dos PPCs, serão considerados os dois formatos, definidos pelo CONIF, que podem ser adotados para a efetiva inserção das atividades de extensão na matriz curricular dos cursos superiores. No que se refere ao primeiro formato proposto, a extensão passa ser inserida dentro de outras disciplinas, já existentes, no currículo do ensino superior. Neste formato, uma parte da carga horária das disciplinas será dedicada a execução de ações de extensão pelos alunos, portanto estas ações se tornam metodologia dos componentes curriculares, presentes nos projetos pedagógicos (CONIF, 2020).

Em relação ao segundo formato proposto, é sugerida a criação de disciplinas que dediquem sua carga horária, exclusivamente, para a execução de atividades de extensão:

- b) Como componentes curriculares específicos de extensão: trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, inseridos na estrutura da matriz curricular do curso e cuja carga horária deve ser totalmente destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos estudantes (CONIF, 2020, p.03).

Sendo assim, com base nestes dois formatos propostos pelo CONIF, a análise dos PPCs, nesta pesquisa, se dará da seguinte maneira: 1) Busca pelo termo “extensão”, em seu sentido formativo; 2) Identificação de possíveis componentes curriculares que envolvam a temática extensão; 3) Identificação de atividades ou disciplinas que envolvam, parte de carga horária, em atividades de extensão. Para fins de análise, neste último ponto, também serão consideradas atividades que integrem ensino, pesquisa e extensão.

5 Resultados e Discussão

Nas duas Instituições pesquisadas, seguindo a delimitação de *Campi* localizados no sul de Minas Gerais, ao todo foram encontrados 32 projetos pedagógicos de cursos de ensino médio integrado, distribuídos em 10 *Campi*. A Tabela 1, elenca cada um deles, detalhando seu *campus*, Instituição e o ano em que os documentos foram elaborados.

Tabela 1 – Informações Básicas sobre os PPCs

Instituição	Campus	Cursos Técnicos Integrado	Ano de elaboração do PPC
CEFET-MG	Nepomuceno	Eletrotécnica	2016
		Mecatrônica	2016
		Redes de Computadores	2016
	Varginha	Edificações	2016
		Informática	2016
		Mecatrônica	2016
IFSULD EMINAS	Carmo de Minas	Alimentos	2022
		Informática	2022
	Inconfidentes	Agrimensura	2019

	Agropecuária	2019
	Alimentos	2019
	Informática	2022
	Meio Ambiente	2019
Machado	Agropecuária	2019
	Alimentos	2020
	Informática	2020
Muzambinho	Agropecuária	2022
	Alimentos	2019
	Informática	2019
Passos	Design Gráfico	2022
	Informática	2019
	Produção de Moda	2019
Poços de Caldas	Informática	2019
	Administração	2019
	Eletroeletrônica	2019
Pouso Alegre	Administração	2019
	Edificações	2019
	Informática	2019
	Química	2022
Três Corações	Administração	2022
	Informática	2022
	Mecânica	2022

Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível perceber que cada *Campi* tem em média 03 cursos de ensino médio integrado. Destes, 06 projetos pedagógicos de cursos, todos de *Campi* do CEFET-MG, se destacam dos demais visto que foram elaborados e estão em vigor há 07 anos, portanto foram elaborados dois anos após o PNE 2014-2024 e são anteriores a Resolução CNE Nº 07/2018. Os demais, do IFSULDEMINAS, têm em média 04 ou 02 anos de vigência, e, portanto, foram elaborados após as duas principais normativas que estabelecem a inserção da extensão nos currículos de ensino superior.

A análise, se iniciou pelos 06 PPCs dos *Campi* de Nepomuceno e Varginha do CEFET-MG, referentes aos cursos de: Eletrotécnica, Mecatrônica, Redes de Computadores, Edificações e Informática. No geral, o termo “extensão”, quase não é mencionado nos projetos pedagógicos de curso, conforme verificado na Tabela 2.

Tabela 2- Campi e PPCs analisados do CEFET-MG

Campus	Cursos Técnicos Integrados	Nº vezes que aparece termo "Extensão"
Nepomuceno	Eletrotécnica	2
	Mecatrônica	2
	Redes de Computadores	5
Varginha	Edificações	2
	Informática	4

Nos projetos pedagógicos dos cursos de Eletrotécnica, Mecatrônica e Redes de Computadores, do Campus Nepomuceno, não foram encontradas disciplinas, que fossem exclusivas sobre a área de extensão ou disciplinas que trabalhassem a temática, ao longo de sua ementa. Nos projetos pedagógicos, as atividades de extensão são citadas como recursos metodológicos a serem utilizados ao longo dos cursos, porém não se tem clareza de informações, sobre como e de que forma estas atividades serão ofertadas, ou se teriam uma carga horária reservada a tais ações (CEFET-MG, 2016a, 2016b, 2016c).

No Campus Varginha, foram encontrados 03 PPCs de ensino médio integrado, referente as áreas de: Edificações, Informática e Mecatrônica, da mesma forma que no Campus Nepomuceno, quase não há menção as atividades extensionistas. Os documentos, somente destacam os projetos de extensão como recursos metodológicos a serem utilizados no curso, sem apresentar detalhes, e, não contemplam componentes curriculares que tratem da temática ou ofertem parte da carga horária para a execução de atividade de extensão (CEFET-MG, 2016d, 2016e, 2016f).

Somente em uma das disciplinas, Laboratório de Projeto Aplicado, ofertada no 3º ano, presente no projeto pedagógico do curso de Informática, é destacada a utilização de projetos de extensão, como recursos metodológicos, porém não se tem informações sobre como isto se efetivará durante a disciplina, e, não é definido um quantitativo de horas para tal (CEFET-MG, 2016e).

Em relação sobre a questão da Tabela 2, sobre o baixo quantitativo do termo “extensão” encontrado nos PPCs do CEFET-MG, tal situação talvez seja justificada, por dois pontos observados no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2023 - 2027 da Instituição. No primeiro ponto, a partir de uma análise de *SWOT*¹ são elencadas algumas fraquezas do CEFET-MG em relação a extensão, entre elas:

Desconhecimento do conceito de extensão, de sua importância estratégica para a Instituição e de seus principais atos normativos por um número substancial de servidores;

Desvinculação da extensão em diversas ações institucionais de formação e de produção de conhecimento, não promovendo-se assim a desejada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (CEFET-MG, 2022, p.52)

Estas fraquezas podem justificar a forma como a atividade extensionista é tratada nos PPCs. O segundo ponto, é a meta de desenvolvimento estabelecida para a Diretoria de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, no período de 2023 a 2027, que é “promover, a cada 5 anos, a revisão dos Projetos Pedagógicos de Cursos e dos programas das disciplinas de todos os cursos da EPTNM, visando reduzir a repetição de conteúdos e realizar sua adequação à realidade local e à legislação vigente” (CEFET-MG, 2022, p.64).

Em relação ao IFSULDEMINAS, foram analisados 26 PPCs, distribuídos em 08 *Campi*, sendo eles: Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações, conforme verificado na Tabela 3. Se comparados aos projetos pedagógicos de cursos anteriormente

¹ Sigla inglesa que significa strenghts, weaknesses, opportunities e threats.

analisados, o termo extensão é bastante citado, aparecendo em uma média de aproximadamente 23 vezes, por arquivo.

Tabela 3 - Campi e PPCs analisados do IFSULDEMINAS

Campus	Curso Técnico Integrado	Nº vezes que aparece termo "Extensão"
Carmo de Minas	Alimentos	22
	Informática	15
Inconfidentes	Agrimensura	15
	Agropecuária	26
	Alimentos	15
	Informática	11
	Meio Ambiente	19
Machado	Agropecuária	34
	Alimentos	8
	Informática	8
Muzambinho	Agropecuária	39
	Alimentos	22
	Informática	28
Passos	Design Gráfico	29
	Informática	24
	Produção de Moda	25
Poços de Caldas	Informática	47
	Administração	18
	Eletroeletrônica	17
Pouso Alegre	Administração	22
	Edificações	23
	Informática	24
	Química	26
Três Corações	Administração	25
	Informática	28
	Mecânica	25

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 4, apresenta um compilado geral de como a extensão é trabalhada nos projetos pedagógicos de cursos de ensino médio integrado, do IFSULDEMINAS, tendo em vista o roteiro especificado no início desta seção.

Tabela 4 – Como trabalha a extensão no currículo - IFSULDEMINAS

Campus	Curso Técnico Integrado	Como trabalha extensão no currículo
Carmo de Minas	Alimentos	-
	Informática	-
Inconfidentes	Agrimensura	Projeto Integrador (atividade)
	Agropecuária	Disciplina / Projeto Integrador (atividade)
	Alimentos	Projeto Integrador (atividade)

	Informática	-
	Meio Ambiente	Projeto Integrador (atividade)
Machado	Agropecuária	Disciplina
	Alimentos	-
	Informática	Projeto
		Disciplina/ Projeto Integrador (atividade)/Atividades Complementares
Muzambinho	Agropecuária	Projeto Integrador (Disciplina)
	Alimentos	Projeto Integrador (Disciplina)/Atividades Complementares
	Informática	Projeto Integrador (Disciplina)/Atividades Complementares
Passos	Design Gráfico	-
	Informática	-
	Produção de Moda	-
Poços de Caldas	Informática	Disciplina
	Administração	Disciplina
	Eletroeletrônica	Disciplina
Pouso Alegre	Administração	Projeto Integrador (Disciplina)
	Edificações	Projeto Integrador (Disciplina)
	Informática	Projeto Integrador (Disciplina)
	Química	Projeto Integrador (Disciplina)
Três Corações	Administração	Carga horária em outras disciplinas
	Informática	Carga horária em outras disciplinas
	Mecânica	Carga horária em outras disciplinas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos próximos parágrafos, serão detalhadas as situações identificadas em cada um dos documentos elencados. Cabe destacar, de acordo com a tabela apresentada acima, que dos 26 PPCs de ensino médio integrado à EPT, em 07 deles não foi possível identificar componentes curriculares específicos de extensão, assim como, atividades ou disciplinas que envolvam, parte de sua carga horária, em atividades de extensão.

Com base na Tabela 4, nos projetos pedagógicos dos cursos de Agropecuária, dos *Campi* de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, foram observados componentes curriculares relacionados à extensão. O que se apresenta como algo característico desta área, visto que foram umas das primeiras formas em que a extensão se apresentou nas Universidades Brasileiras, como prestação de serviços em áreas rurais, denotando a presença do modelo de extensão norte-americano (NOGUEIRA, 2013). Porém, ao se atentar para a nomenclatura dos componentes curriculares e realizar uma análise mais detalhada, principalmente das ementas, verifica-se que envolvem ao mesmo tempo áreas de administração e empreendedorismo, tendo cargas horárias variadas entre 33h e 73h aproximadamente, e são ofertadas no 2º ou 3º anos dos cursos (IFSULDEMINAS, 2019a, 2019b, 2022b).

Na Tabela 5, é apresentada a ementa da disciplina de Empreendedorismo, Administração e Extensão Rural, ministrada no 3º ano do curso de Agropecuária do Campus Muzambinho, com uma carga horária de 73h20min. De acordo com o

documento, a disciplina tem uma carga horária prática de apenas 30% (IFSULDEMINAS, 2022b).

Tabela 5 - Componente curricular e ementa do Curso de Agropecuária -Campus Muzambinho

Componente Curricular	Ementa
Empreendedorismo, Administração e Extensão Rural	O Agronegócio e os sistemas agroindustriais; Noções sobre o processo administrativo; Administração Rural; Noções sobre Microeconomia; Matemática Financeira; Levantamento de custos de produção; Empreendedorismo; Introdução aos Planos de Negócios; Extensão rural; Associativismo; Educação e comunicação; Articulação pesquisa-extensão; Assistência técnica.

Fonte: IFSULDEMINAS (2022b, p.111)

A seguir, Tabela 6, temos a disciplina de “Administração e Extensão Rural”, presente no projeto pedagógico do curso de Agropecuária, Campus Machado. A mesma conta com uma carga horária de 60h, é ofertada no 2º ano do curso e caracterizada como teórica (IFSULDEMINAS, 2019b).

Tabela 6 - Componente curricular e ementa do Curso de Agropecuária -Campus Machado

Componente Curricular	Ementa
Administração e Extensão Rural	Origem e desenvolvimento da extensão rural. A atividade de extensão rural no Brasil. Aspectos sociológicos da comunidade rural. Impactos tecnológicos no meio rural. Organizações e administração. Funções organizacionais. Desempenho nas organizações. Processo decisório e resolução de problemas. Ferramentas administrativas.

Fonte: IFSULDEMINAS (2019b, p.47)

Por fim, o componente curricular “Administração e Extensão Rural”, do PPC de Agropecuária, Campus Inconfidentes. A disciplina possui carga horária de 33h20min, sendo ofertada no 3º ano do curso (IFSULDEMINAS, 2019a). A Tabela 7, apresenta a ementa da disciplina.

Tabela 7 - Componente curricular e ementa do Curso de Agropecuária – Campus Inconfidentes

Componente Curricular	Ementa
Administração e Extensão Rural	Conceito de administração. Noções de empreendedorismo. Criação de empresas, constituição e forma jurídica das organizações. Tipo de organização. Gestão de empresas rurais. Conceitos de gastos, investimentos, custo fixo e

variável. Contabilidade rural. Extensão Rural. Noções de gestão de materiais: estoque, conceito e avaliação. Noções de Marketing.

Fonte: IFSULDEMINAS (2019a, p.91)

Desta forma, ao examinar as ementas dos três componentes curriculares, se percebe um curto período para uma discussão mais aprofundada da temática extensionista e principalmente, uma prática efetiva da atividade, tendo em vista que as ementas abordam ainda, outros conteúdos, como empreendedorismo e administração. E pelo que se pode verificar, em relação a duas disciplinas, ambas têm uma carga horária maior destinada a parte teórica, portanto, não permitindo uma carga horária significativa, para que os estudantes possam executar de fato as atividades de extensão.

Em relação aos projetos pedagógicos de cursos do Campus Poços de Caldas, foram identificados componentes curriculares que tratam em específico da temática extensão, conforme observado na Tabela 4. A começar pelo curso de Administração, que oferta em sua matriz curricular a disciplina “Extensão Comunitária”, como optativa², com carga horária de 40h (IFSULDEMINAS, 2019c). Cabe destacar que, de acordo com a ementa apresentada na Tabela 8, a disciplina trata somente da temática extensão, e consiste em uma parte teórica e outra prática. Portanto, sendo possível aos alunos executarem de fato a ação extensionista.

Tabela 8 - Componente curricular e ementa – Campus Poços de Caldas

Componente Curricular	Ementa
Extensão Comunitária	Teórico: Conceito de Extensão; Extensão ou Comunicação?; Comunidade e Sociedade; Participação; Diagnóstico Rápido Participativo; Habilidades sociais; Fundamentos do comportamento em grupo; Equipes de trabalho. Prático: Diagnóstico de problemas comunitários; Intervenção prática em sua área de formação.

Fonte: IFSULDEMINAS (2019c, p.79)

De acordo com o IFSULDEMINAS (2019d), no que se refere ao PPC de Informática, do Campus Poços de Caldas, são ofertadas as disciplinas de Projeto de Extensão I, II e III, respectivamente, nos 2º, 4º e 6º semestres letivos do curso e uma optativa de Extensão Comunitária, com carga horária de 40h cada uma.

Tabela 9 - Ementa componentes curriculares relacionados à extensão – Campus Poços de Caldas

Componente Curricular	Oferta	Ementa
Projeto de Extensão I	Regular	O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Aproximação com instituições parceiras visando o desenvolvimento das propostas e objetivando a interação transformadora

² Os alunos devem cursar um total de 05 optativas, durante todo o curso (IFSULDEMINAS, 2019c)

		com diversos setores da sociedade. Etapas para a Elaboração de Atividades e Projetos de Extensão. (p.41)
Projeto de Extensão II	Regular	Discutir o significado da Extensão em uma perspectiva articuladora com o Ensino e a Pesquisa, assim como suas implicações no processo de formação acadêmico-profissional e de transformação social. Elaboração de Atividades e Projetos de Extensão. (p.57)
Projeto de Extensão III	Regular	O estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã. Promover a extensão, aberta a participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. Desenvolvimento de ações que possibilitem uma troca de conhecimentos. (p.74)
Extensão Comunitária	Optativa	Teórico: Conceito de Extensão; Extensão ou Comunicação ?; Comunidade e Sociedade; Participação; Diagnóstico Rápido Participativo; Habilidades sociais; Fundamentos do comportamento em grupo; Equipes de trabalho. Prático: Diagnóstico de problemas comunitários; Intervenção prática em sua área de formação. (p.87)

Fonte: IFSULDEMINAS (2019d)

De acordo com a Tabela 9, é possível verificar, através das ementas, que as temáticas são exclusivamente relacionadas a extensão e que além da parte teórica, proporcionam aos estudantes momentos de prática, inclusive na disciplina optativa “Extensão Comunitária”.

Ainda segundo o IFSULDEMINAS (2019d, p.115-116), através destas disciplinas “...os alunos serão envolvidos em problemas reais das comunidades e terão que realizar ações que resolvam ou proponham soluções para resolver”, cujo objetivo é “...possibilitar aos alunos contato com a comunidade externa e vivenciar situações reais pertinentes ao profissional de Informática”.

Por fim, no que se relaciona a componentes curriculares, no projeto pedagógico do curso de Eletroeletrônica, também do Campus Poços de Caldas, é possível encontrar a disciplina “Extensão Comunitária”, de caráter optativo, portanto não obrigatória ao aluno cursar, e apresenta a mesma ementa da disciplina optativa elencada na Tabela 9, desta forma, abrangendo tanto a parte teórica quanto a parte prática. Vale destacar que esta disciplina tem carga horária de 40h e que ao longo do processo formativo, o estudante deve cursar um total de 160h em disciplinas optativas (IFSULDEMINAS, 2019e).

Dando andamento as análises, nos próximos parágrafos serão apresentadas as atividades ou disciplinas que envolvam, parte de carga horária, em atividades de extensão.

Quanto ao Campus Inconfidentes, nos PPCs de Agrimensura, Agropecuária, Alimentos e Meio Ambiente, os alunos para concluírem o ensino médio integrado precisam ter cumprido uma carga horária entre 200h e 300h em projetos integradores, sendo estes, trabalhados em três pontos: resolução de problemas, aproximação interdisciplinar e como estratégia de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação (IFSULDEMINAS, 2019k, 2019a, 2019i, 2019j).

O projeto pedagógico de curso de Agrimensura, assim define projeto integrador:

[...]é uma atividade interdisciplinar que busca traduzir as aprendizagens construídas pelos (as) discentes ao longo do curso por meio de ações voltadas a formação acadêmico-profissional de qualidade, permitindo a estes (as) um itinerário formativo que compreenda a realidade na qual estão inseridos (as), em uma visão prospectiva de transformá-la. A autonomia, a ação coletiva e a formação integral dos (as) estudantes são o foco dos Projetos Integradores. Tudo isso, buscando gerar o diálogo entre as áreas de conhecimento, a partir dos conteúdos trabalhados ao longo do percurso formativo (IFSULDEMINAS, 2019k, p.47).

Com respeito ao Campus Machado, além da disciplina de “Administração e Extensão Rural”, presente na matriz curricular do curso de Agropecuária, o PPC de Informática salienta o trabalho com projetos, justificado pela necessidade de se trabalhar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e visa trabalhar “o aprofundamento teórico, as aplicações de conteúdo, o desenvolvimento artístico cultural, o desenvolvimento crítico, a formação para a cidadania, etc.” (IFSULDEMINAS, 2020a, p.35).

Em uma análise geral dos projetos pedagógicos dos cursos do Campus Muzambinho, além da disciplina “Empreendedorismo, Administração e Extensão Rural”, identificada no PPC de Agropecuária, como já apresentado anteriormente, neste e nos documentos dos cursos de Alimentos e Informática, foi possível identificar outras formas que permitem aos alunos, o trabalho com ações extensionistas, tais como: projetos integradores, estabelecimento de horas obrigatórias para desenvolvimento de projetos de extensão e até mesmo, carga horária mínima obrigatória a ser contabilizada como horas complementares (IFSULDEMINAS, 2022b, 2019l, 2019m).

Detalhando melhor cada situação, no caso do PPC de Agropecuária, é estabelecido que os projetos integradores poderão ser elaborados com base na articulação ensino, pesquisa e extensão, e que

O discente deve ser estimulado pelos docentes orientadores do projeto integrador a apresentar alternativas e apontamentos frente aos questionamentos técnicos e propedêuticos enfrentados pela comunidade envolvida no entorno do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho (IFSULDEMINAS, 2022b, p.49)

No que se referem as atividades complementares, os estudantes devem completar um total de 156h por ano, sendo que desta carga horária, no 1º e 2º ano são obrigatórias 16h e no 3º ano, 12h, distribuídas para atividades acadêmicas, científicas, culturais ou desportivas, ou ainda horas desenvolvidas como integrantes de projetos de pesquisa ou de extensão (IFSULDEMINAS, 2022b)

O PPC de Alimentos destaca a utilização de projetos integradores, trabalhados como componentes curriculares e apresenta o seguinte trecho, sobre as disciplinas ofertadas:

O Projeto Integrador I abrangerá a formação e a divulgação do conhecimento científico nas mais diversas áreas de conhecimento a fim de que os estudantes, ao chegarem no Projeto Integrador II possuam ferramentas para esboçarem um projeto interdisciplinar e decidirem pela viabilidade de sua execução no Projeto Integrador III. Tal projeto se caracterizará por uma pesquisa científica relacionada ao eixo tecnológico do curso e com potencial impacto na sociedade, de modo a contemplar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão (IFSULDEMINAS, 2019l, p.36)

Cabe destaque, para o trecho “A prática de integração no âmbito do projeto integrador poderá, **sempre que possível**, promover a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão” (IFSULDEMINAS, 2019l, p.37, grifo nosso). Não sendo, então, obrigatória a integração ensino, pesquisa e extensão, portanto alguns projetos podem não ter carga horária destinada a atividades de extensão.

No PPC de Informática, é possível verificar ainda que além da disciplina de projetos integradores, as atividades de extensão podem ocorrer através de atividades complementares, sendo elas consideradas obrigatórias para conclusão do curso e devendo ter uma carga horária mínima de 120 horas, sendo este quantitativo distribuído entre ensino, pesquisa, extensão e outros tipos definidos previamente (IFSULDEMINAS, 2019m).

Em relação ao Campus Pouso Alegre, nos PPCs de Edificações, Informática, Química e Administração é encontrada a disciplina Projeto Integrador, em que se pode trabalhar um projeto de extensão ou de pesquisa e ainda envolve três ou dois anos do curso, com uma carga horária total que varia entre 133h20 e 200h (IFSULDEMINAS, 2019f, 2019g, 2022c, 2019h). O PPC de Administração, ao mencionar a disciplina Projeto Integrador, destaca que esta, tem como objetivo,

[...] promover a integração dos conhecimentos desenvolvidos nas unidades curriculares do curso, articulando ensino, pesquisa e extensão, preparando os alunos para atuarem de maneira proativa no mercado de trabalho. A disciplina é oferecida nos três anos do curso e visa proporcionar aos alunos a vivência da prática administrativa dentro do contexto escolar (IFSULDEMINAS, 2019h, p.31-32).

Em relação aos projetos pedagógicos dos cursos de Administração, Informática e Mecânica, do Campus Três Corações, conforme observado na Tabela 4, foram identificadas que todas as disciplinas dedicam parte de suas cargas horárias para a execução de atividades de extensão e pesquisa. De acordo com o IFSULDEMINAS (2022d, 2022e, 2022f), estas são nomeadas “Atividades Integradoras” e contam com um percentual de carga horária em cada um dos componentes curriculares, tendo como objetivos, entre outros, promover a indissociabilidade do tripé formativo e o estímulo a pesquisa e extensão, como princípios educativos. Estas atividades são definidas como

[...] uma metodologia de ensino que contextualiza a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no decorrer do processo formativo, problematizando a realidade, fazendo com que os estudantes, por meio de estudos, pesquisas e práticas desenvolvam projetos e ações, baseados na criticidade e na criatividade. Trata-se de um dos espaços no

qual se busca formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a articulação, formação integral e interdisciplinaridade, integrando os núcleos da organização curricular (IFSULDEMINAS, 2022d, p.34).

Em relação as atividades ou disciplinas destacadas acima, é possível perceber que muitas delas não definem uma carga horária específica para as ações de extensão, quando definem são cargas horárias pouco substanciais, e alguns projetos pedagógicos não citam como obrigatória a execução de atividades de extensão, podendo ser substituídas por projetos de pesquisa, por exemplo.

6 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar de que forma a extensão tem sido abordada nas matrizes curriculares de nível médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista, as discussões para o processo de curricularização da extensão nos cursos de ensino superior. Para isto, foram analisados os Projetos Pedagógicos de Cursos de ensino médio integrado dos *Campi* do IFSULDEMINAS e de *Campi* do CEFET-MG, localizados no Sul de Minas Gerais. A análise, ocorreu em 32 PPCs e buscou identificar possíveis componentes curriculares que envolvessem a temática extensão, ou então atividades ou disciplinas que envolvessem, parte de sua carga horária, em ações de extensão.

De um modo geral, na análise dos projetos pedagógicos de cursos do ensino médio integrado à EPT pode-se perceber que a extensão começa a ser abordada nas matrizes curriculares, com algumas disciplinas específicas, mesmo que optativas, e em outros casos na forma de atividade de extensão, sendo incluídas a carga horária de atividades complementares, projetos integradores ou atividades integradoras, conforme se verificou nos estudos aqui apresentados.

É possível perceber, que a inserção da extensão nos currículos de ensino médio integrado à EPT, mesmo que ainda seja apenas uma orientação neste nível de ensino, já se caracteriza como um passo importante. A não adesão ao processo, talvez seja explicado pela falta de formação continuada dos servidores, discussões mais aprofundadas sobre as concepções de extensão, com base no contexto histórico, sendo também necessários debates mais aprofundados sobre as normativas que abordam todo o processo de inserção de atividades extensionistas no currículo. Cabe destacar ainda, como fator primordial, para o sucesso deste processo, o comprometimento de cada um dos membros da comunidade acadêmica.

Diante disto, este trabalho buscou iniciar algumas discussões e apresentar algumas experiências abordadas por vários projetos pedagógicos de cursos, no intuito de auxiliar futuros movimentos, no sentido de trazer a extensão para dentro dos currículos, proporcionando a integração ensino, pesquisa e extensão, de forma a colaborar na transformação democrática do contexto social e acadêmico.

Por fim, cabe salientar um ponto considerado importante, porém não mencionado anteriormente por não ser o foco desta pesquisa, mas é proposto como trabalho futuro, que seria um estudo sobre as concepções neoliberalistas encontradas nos projetos pedagógicos de curso, aqui analisados, pois estas contrastam com a concepção de currículo integrado, proposto para este nível de ensino.

Referências

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Rev. Educ. Questão**. Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio, 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352015000200061&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o Ensino Profissional primário e gratuito. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreta%3A,Parapho%20%C3%BAnico>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 28 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 12 mai. 2022.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 19 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico para Reestruturação do Curso Técnico em Eletrotécnica**. Nepomuceno: CEFET-MG. 2016a. Disponível em: https://www.nepomuceno.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/12/2016/10/PPC_ELETROTECNICA_NEPOMUCENO.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico para Reestruturação do Curso Técnico em Mecatrônica**. Nepomuceno: CEFET-MG. 2016b. Disponível em: <https://www.nepomuceno.cefetmg.br/wp->

content/uploads/sites/12/2016/10/PPC_MECATRONICA_NEPOMUCENO-final.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico para Reestruturação do Curso Técnico em Redes de Computadores.** Nepomuceno: CEFET-MG. 2016c. Disponível em: https://www.nepomuceno.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/12/2016/10/Nepomuceno_Tec_Redde_de_Computadores_Integrado__PPC_2017.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico para Reestruturação do Curso Técnico em Edificações.** Varginha: CEFET-MG. 2016d. Disponível em: https://www.varginha.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/11/2016/11/PPC_EDIFICACOES_VARGINHA-1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico para Reestruturação do Curso Técnico em Informática.** Varginha: CEFET-MG. 2016e. Disponível em: https://www.varginha.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/11/2016/11/PPC_Varginha_Informatica_Integrado_2017_v8.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico para Reestruturação do Curso Técnico em Mecatrônica.** Varginha: CEFET-MG. 2016f. Disponível em: https://www.varginha.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/11/2016/11/PPC_MECATRONICA_VARGINHA-2017.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2023 – 2027.** Belo Horizonte: CEFET- MG, 2022. Disponível em: https://www.cefetmg.br/wp-content/uploads/2023/02/PDI_2023_2027_Final_diagramado.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** 2020. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-curricularizacao-da-extendao---fde-e-forproext_aprovado_agosto_2020.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 25. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2022.

FRUTUOSO, Tomé de Pádua. Curricularização da extensão e a concretização da indissociabilidade. **Cadernos de Extensão do Instituto Federal Fluminense.** Campos dos Goytacazes: Essentia, v. 5, p.22-30, 2021. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/cadernos_de_extensao/article/view/16294/13630. Acesso em: 07 jul. 2023.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê? **Instituto Paulo Freire**. Fev. 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. Inconfidentes: IFSULDEMINAS. 2019a. Disponível em: https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/arquivos/paginas/menu_cursos/cursos_tecnicos_integrados/tecnico_em_agropecuaria/116.2019_-_T%C3%A9cnico_Agropecu%C3%A1ria.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. Machado: IFSULDEMINAS. 2019b. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/143.2019.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio**. Poços de Caldas: IFSULDEMINAS. 2019c. Disponível em: <https://portal.pcs.ifsuldeminas.edu.br/documentos-tecnico-administracao-integrado>. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**. Poços de Caldas: IFSULDEMINAS. 2019d. Disponível em: <https://portal.pcs.ifsuldeminas.edu.br/cursos-tecnicos-integrados/tecnico-em-informatica/documentos-tecnico-informatica-integrado>. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio**. Poços de Caldas: IFSULDEMINAS. 2019e. Disponível em: <https://portal.pcs.ifsuldeminas.edu.br/cursos-tecnicos-integrados/tecnico-elerotecnica-integrado/documentos-tecnico-elerotecnica-integrado>. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS. 2019f. Disponível em: https://portal.poa.ifsuldeminas.edu.br/images/2020/Setembro/30/Resolu%C3%A7%C3%A3o_-_T%C3%A9cnico_em_Edifica%C3%A7%C3%B5es_Integrado_compressed.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS. 2019g. Disponível em: https://portal.poa.ifsuldeminas.edu.br/images/2020/Setembro/30/Resolu%C3%A7%C3%A3o_-_

_T%C3%A9cnico_em_Inform%C3%A1tica_Integrado_compressed.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS. 2019h. Disponível em: https://portal.poa.ifsuldeminas.edu.br/images/2020/Setembro/30/Resolu%C3%A7%C3%A3o_T%C3%A9cnico_em_Administra%C3%A7%C3%A3o_Integrado_compressed.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio**. Inconfidentes: IFSULDEMINAS. 2019i. Disponível em: https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/arquivos/paginas/menu_cursos/cursos_tecnicos_integrados/tecnico_em_informatica/117.2019_-_T%C3%A9cnico_Alimentos.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio**. Inconfidentes: IFSULDEMINAS. 2019j. Disponível em: https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/arquivos/paginas/menu_cursos/cursos_tecnicos_integrados/tecnico_em_meioambiente/100.2019_-_T%C3%A9cnico_Meio_Ambiente.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agrimensura Integrado ao Ensino Médio**. Inconfidentes: IFSULDEMINAS. 2019k. Disponível em: https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/arquivos/paginas/menu_cursos/cursos_tecnicos_integrados/tecnico_em_agrimensura/115.2019_-_T%C3%A9cnico_Agrimensura.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio**. Muzambinho: IFSULDEMINAS. 2019l. Disponível em: https://cursos.muz.ifsuldeminas.edu.br/images/2022/PDF/PPC_-_Integrado_Alimentos.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**. Muzambinho: IFSULDEMINAS. 2019m. Disponível em: https://cursos.muz.ifsuldeminas.edu.br/images/2020/informatica_integrado/anexos/PPC_-_Integrado_-_2020_Final.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. Muzambinho: IFSULDEMINAS. 2022a. Disponível em: https://cursos.muz.ifsuldeminas.edu.br/images/2023/PDF/PPC_AGRO_INTEGRA DO_2022.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2022c. Disponível em: https://portal.poa.ifsuldeminas.edu.br/images/2022/Mar%C3%A7o/17/ppc_quimica_integrado.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio**. Três Corações: IFSULDEMINAS, 2022d. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2022/287_com_anexo.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**. Três Corações: IFSULDEMINAS, 2022e. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2022/269_com_anexo.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio**. Três Corações: IFSULDEMINAS, 2022f. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2022/262_com_anexo.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2022a. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2022/PDI-2022_final.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: JAQUELINE MOLL & Colaboradores. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: Desafios, tensões e possibilidades. 1ª ed. Porto Alegre, RS: ARTMED EDITORA S.A., 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. A construção da extensão universitária no Brasil: trajetória e desafios. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo**: Uma reflexão sobre a Prática. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Penso Editora, 2020.

SILVA, Michel Goularte da; ACKERMANN, Sílvia Regina. Da extensão universitária à extensão tecnológica: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e sua relação com a sociedade. **Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense**, Blumenau, n. 2, p. 9–18, 2019. Disponível em:

<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/64>. Acesso em: 23 mar.2023.